



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

	<p><i>Imigrantes Sem-Abrigo em Portugal</i></p> <p>Teresa Líbano Monteiro (coord.), Verónica Policarpo, Vanda Ramalho e Isabel Santos</p> <p>Dezembro de 2013, Estudos OI 51</p> <p>Observatório da Imigração de Portugal Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) 167 pp. ISBN 978-989-685-055-5</p> <p>Estudo disponível em: www.oi.acidi.gov.pt Contacto: centro.documentacao@acidi.gov.pt</p>
--	---

Resumo:

Este estudo tem como objetivo principal a compreensão do fenómeno dos imigrantes sem-abrigo na sociedade portuguesa. Para além deste objetivo mais abrangente são enunciados vários objetivos específicos, nomeadamente: o esboço de um perfil de imigrantes sem-abrigo; a identificação dos principais padrões do fenómeno, baseados em origem étnica e/ou nacionalidade, condição legal, nível de instrução, condição face ao trabalho, região do país; a delineação dos ideais-tipo de percurso de vida até à condição de sem-abrigo; bem como a apreciação das políticas e do papel da sociedade civil (ONG - organizações não governamentais, associações de imigrantes, instituições religiosas, etc.) na resposta ao fenómeno.

Do cruzamento entre os objetivos traçados e a problemática teórica adotada surgem as questões de pesquisa que permitem, ao mesmo tempo, romper com as falsas evidências dos senso comum e interrogar, de uma perspetiva científica, os fatores sociais que ajudam a compreender as razões que podem levar os imigrantes à condição de sem-abrigo na sociedade portuguesa. Neste sentido vão as questões enunciadas: porque se tornou esta população imigrante? Porque é que estes imigrantes se tornam sem-abrigo, na sociedade portuguesa?

Para responder a estas questões foi utilizada uma metodologia semi-indutiva através da qual se procura, simultaneamente, testar algumas hipóteses sobre a população imigrante e a população sem-abrigo, resultantes de estudos anteriores nacionais e estrangeiros, bem como, ainda, explorar pistas de investigação surgidas do material empírico, agora recolhido. As técnicas de recolha e de análise da informação refletem a dupla natureza da metodologia adotada onde se combina uma perspetiva quantitativa e qualitativa. Em primeiro lugar, foi realizado um inquérito, a nível nacional, que procura conhecer o fenómeno em extensão, ou seja, caracterizar a população imigrante sem-abrigo em Portugal, desenhando o seu perfil e os principais padrões do fenómeno. A aplicação deste



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

inquérito ficou a cargo do Centro de Sondagens da Universidade Católica Portuguesa (CESOP). Em segundo lugar, foram realizadas, ainda, 19 entrevistas semidiretivas imigrantes sem-abrigo que permitem, numa lógica compreensiva e em profundidade, esboçar ideais-tipo do percurso de vida do imigrante sem-abrigo, desde o seu projeto migratório até à condição de sem-abrigo.

Este estudo está dividido em várias partes: após esta introdução, segue-se o quadro de referência conceptual, com um ensaio de cruzamento entre as várias propostas teóricas sobre imigração e sobre o fenómeno dos sem-abrigo que termina com a enunciação das questões de pesquisa. Segue-se a explicação do percurso metodológico adotado (notas metodológicas), que integra a explicitação e justificação das decisões tomadas onde se faz assentar a validade deste estudo. Por fim, surge a apresentação dos principais resultados deste estudo que integra três partes.

Em primeiro lugar, é feita uma aproximação quantitativa ao fenómeno dos sem-abrigo em Portugal, através da análise estatística e da interpretação dos dados resultantes do inquérito; em segundo lugar, procura-se um olhar em profundidade sobre os fatores sociais que podem levar imigrantes à condição de sem-abrigo na sociedade portuguesa, dando a palavra ao próprio imigrante sem-abrigo e procurando através da análise do seu discurso chegar a ideais-tipo dos seus percursos de vida; em terceiro lugar, abordam-se as políticas, as respostas institucionais e o papel da sociedade civil na resposta ao fenómeno; por último, seguem-se as principais conclusões do estudo e enunciam-se as recomendações.